

ZUP IT Serviços em Tecnologia e Inovação S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma) (Continuação)

(a) A Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) A Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. **Impairment de ativos financeiros: Ativos mensurados ao custo amortizado:** A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por **impairment** são registradas como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Como parte desta análise, a Companhia avalia o risco de crédito da contraparte e, caso seja esperada uma perda relacionada a esses ativos, reconhece uma provisão para perda. O montante da perda por **impairment** é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o **impairment** com base no valor justo de um instrumento com preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por **impairment** diminuir e a diminuição puder ser relacionada com um evento que ocorreu após o **impairment** ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até três meses, com risco insignificante de mudança de valor, com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos em outros fins. **c) Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (**impairment**), quando aplicável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme segue:

Vida útil média em anos

	31/12/2023	31/12/2022
Máquinas e equipamentos	10	10
Móveis e utensílios	10	10
Veículos	5	5
Computadores e periféricos	3	3
Benefitória em bens de terceiros	5	5

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram apuradas perdas a serem contabilizadas. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. **d) Intangível:** A Zup trabalha no desenvolvimento de softwares próprios através do emprego de time com qualificação e expertise voltada a inovações e tecnologias de alto valor agregado para o mercado em que atua. A capitalização desse custo de mão de obra é realizada no grupo de ativo intangível e é definida com base na alocação de time dedicado ao desenvolvimento e melhorias dos produtos Zup que são identificáveis, controlados pela Companhia e com prováveis benefícios econômicos futuros associados. A Companhia, com base na mensuração das medições realizadas, utilizou no exercício de 2023 70% do custo de salários como custo capitalizado em seus produtos desenvolvidos no exercício (70% em 31/12/2022). Nesta classe de ativos também há softwares e licenças adquiridas de terceiros ativas pelo valor de custo. Os gastos com ativos classificados como softwares desenvolvidos internamente são capitalizados e amortizados por um período entre 24 a 60 meses ou por prazo indeterminado. A amortização se inicia no mês subsequente, para definição do prazo de amortização é considerado um laudo de utilização e desenvolvimento destas soluções, já os softwares e licenças adquiridas de terceiros são ativos e amortizados pelo período de 60 meses. A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram apuradas perdas a serem contabilizadas. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. **e) Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e empréstimos e financiamentos. **Mensuração subsequente:** A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 fo-

rem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraiados e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **f) Imposto de renda, contribuição social sobre o lucro e impostos sob vendas:** A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência, portanto, as inclusões ao prejuízo contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. A Zup tem como alíquota de PIS 0,65% e 1,65% e de COFINS 3% e 7,6% sobre as receitas com prestação de serviços, e por estar enquadrada na lei 12.456/2011 é contribuinte da CPRB (contribuição previdenciária sobre a receita bruta) a qual possui uma alíquota de 4,5% em 2023. A Companhia também é tributada pelo ISS, cuja alíquota pode variar de 0% a 2,9%. A Zup utiliza de incentivo fiscal da Lei do Bem, conforme a lei 11.196/2005, os gastos com pesquisa e desenvolvimento em inovação tecnológica são considerados como base para o benefício fiscal, estes créditos são utilizados periodicamente na compensação de tributos federais. A Companhia utiliza uma consultoria externa para fins de apuração dos créditos tributários. A Controlada é tributada à alíquota de imposto de renda de 21% a nível federal e 5,5% a nível estadual, considerando que a empresa está sediada no estado da Flórida. **g) Provisões para riscos e outras provisões:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando a entrada de benefícios econômicos é praticamente certa, ou seja, quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, adicionalmente será avaliado a possibilidade de provisionamento parcial de processos com perdas possíveis e remotas se os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; (iii) Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito. **h) Reconhecimento de receitas:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. **Venda de serviços:** A Companhia possui receitas nas modalidades de consultoria de serviços, SaaS (software as a service) e revenda de cloud services com soluções de EDP (enterprise developer platform). As receitas são reconhecidas mensalmente de acordo com medição realizada pelos sistemas operacionais que identificam as informações para reconhecimento contábil. Os serviços prestados entre a data de faturamento e o final de cada mês são calculados contabilizados como receita no mês da prestação do serviço. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização ou na mensuração de seu valor. **i) Consolidação e investimento em controladas:** Controladas são entidades nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que a controladora possui o seu controle. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Nas demonstrações financeiras consolidadas as transações entre a Controladora e a Controlada são eliminadas, bem como os saldos patrimoniais pertinentes ao investimento na controlada. A Zup, no mês de março de 2022 efetuou um investimento para abertura de uma Controlada com o aporte inicial para início das operações da Companhia. A Zup possui 100% de participação acionária nesta nova empresa:

Nome	País	Localidade	% de participação	
			31/12/2023	31/12/2022
Zup Innovation Corp.	EUA	Coral Gables, Flórida	100%	100%

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Zup em controladas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial. Para divulgação das demonstrações financeiras consolidadas as operações da controlada no exterior são convertidas para a moeda funcional Real, conforme a norma contábil CPC 02 (R2) - efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras, as taxas de conversão utilizadas são a taxa de fechamento de cada período da divulgação das demonstrações financeiras para os saldos de ativos e passivos e a taxa média é considerada para conversão do resultado de cada período mensal. Nas demonstrações financeiras da controlada é divulgado os saldos de equivalência patrimonial para o período. Os saldos decorrentes de variação cambial na conversão das demonstrações financeiras consolidadas para a moeda Real são contabilizados no patrimônio líquido, como ajustes acumulados de conversão. **j) Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **Alterações ao CPC 06: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento):** Em setembro de 2022, foram emitidas alterações ao CPC 06 para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do CPC 06. A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao CPC 26 (R1): Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante:** Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, foram emitidas alterações aos parágrafos 69 a 76 do CPC 26

(R1) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação. • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. **Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1):** Em maio de 2023, foram emitidas alterações CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa e ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidência para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia uma vez que a Companhia não utiliza esse tipo de operação. **k) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023: CPC 50 - Contratos de Seguro:** O CPC 50 é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O CPC 50 substitui o CPC 11. O CPC 50 se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direito e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do CPC 50 é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O CPC 50 é baseado em um modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável); • Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração; A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **Definição de estimativas contábeis - Alterações ao CPC 23:** As alterações ao CPC 23 esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **Divulgação de políticas contábeis - Alterações ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis:** As alterações ao CPC 26 (R1) fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, uma vez que a Companhia já divulga apenas as políticas contábeis materiais em suas demonstrações financeiras. **Imposto diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples transação - Alterações ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro:** As alterações ao CPC 32 estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **Reforma tributária internacional - Regras do modelo do Pilar Dois - Alterações ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro:** As alterações ao CPC 32 foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: • Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e • Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos.....	3.501	889	5.350	9.461
Aplicações de liquidez imediata ...	146.001	153.716	146.001	153.716
	149.502	154.605	151.351	163.177

As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes são concentradas em ativos de renda fixa atrelados a variação dos depósitos interbancários com insignificante risco de mudança de valor. Referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e operações compromissadas com lastro em debêntures, que apresentaram rentabilidade média ponderada de 101% do CDI no ano de 2023 (103% do CDI para o ano de 2022) e liquidez imediata sem carência para resgate.

5. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Valores faturados.....	13.450	6.295	13.450	6.295
Valores a faturar	74.044	83.521	74.044	83.521
	87.494	89.816	87.494	89.816

a) A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	87.494	88.498	87.494	88.498
Vencidos até 30 dias	--	1.286	--	1.286
Vencidos entre 31 e 60 dias.....	--	32	--	32
	87.494	89.816	87.494	89.816

A Companhia avaliou que não houve necessidade de constituição de provisão para perdas nos anos de 2023 e 2022.

